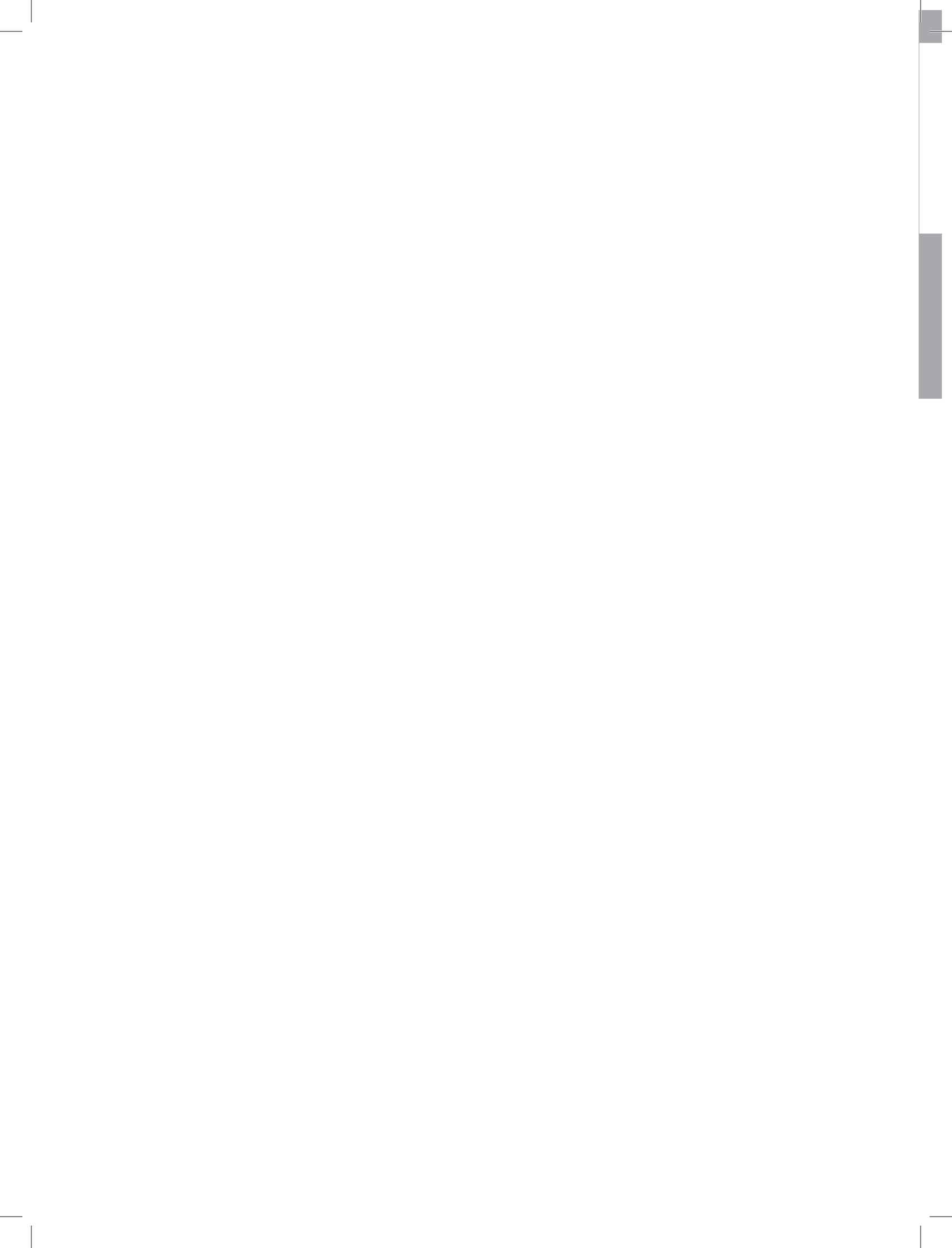




Ministério da Cultura
Instituto Brasileiro de Museus

Subsídios para
a Criação de
Museus Municipais



Subsídios para a Criação de **Museus Municipais***

* Produção de texto e organização: José do Nascimento Junior e Mário Chagas.
Contribuíram para a elaboração deste documento: Alejandra Saladino, Átila Tolentino, Claudia Maria Pinheiro Storino,
Eneida Braga Rocha de Lemos, Márcio Rangel, Rose Moreira de Miranda e Vinícius Adalberto Barcelos.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA CULTURA
João Luiz Silva Ferreira

PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS
José do Nascimento Junior

ASSESSORA DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Claudia Maria Pinheiro Storino

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROCESSOS MUSEAIS
Mário de Souza Chagas

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE DIFUSÃO, FOMENTO E ECONOMIA DOS MUSEUS
Eneida Braga Rocha de Lemos

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA
Jane Carla Lopes Mendonça

COORDENADORA GERAL DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO MUSEAL
Rose Moreira de Miranda

S941 Subsídios para a criação de Museus Municipais /
CHAGAS, Mário de Souza e NASCIMENTO JUNIOR, José do
(organizadores). Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Cultura/
Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/Departamento
de Processos Museais, 2009. 40p.
ISBN 978-85-7334-125-6

1. Museologia. 2. Museus. 3. Preservação e Conservação
4. Museus Municipais

PROJETO EDITORIAL E IDEALIZAÇÃO
José do Nascimento Junior, Mario de Souza Chagas e Claudia Maria Pinheiro Storino

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Álvaro Marins

ASSISTÊNCIA EDITORIAL
Maximiliano de Souza


REVISÃO E COPIDESQUE
Carmem Cacciacarro

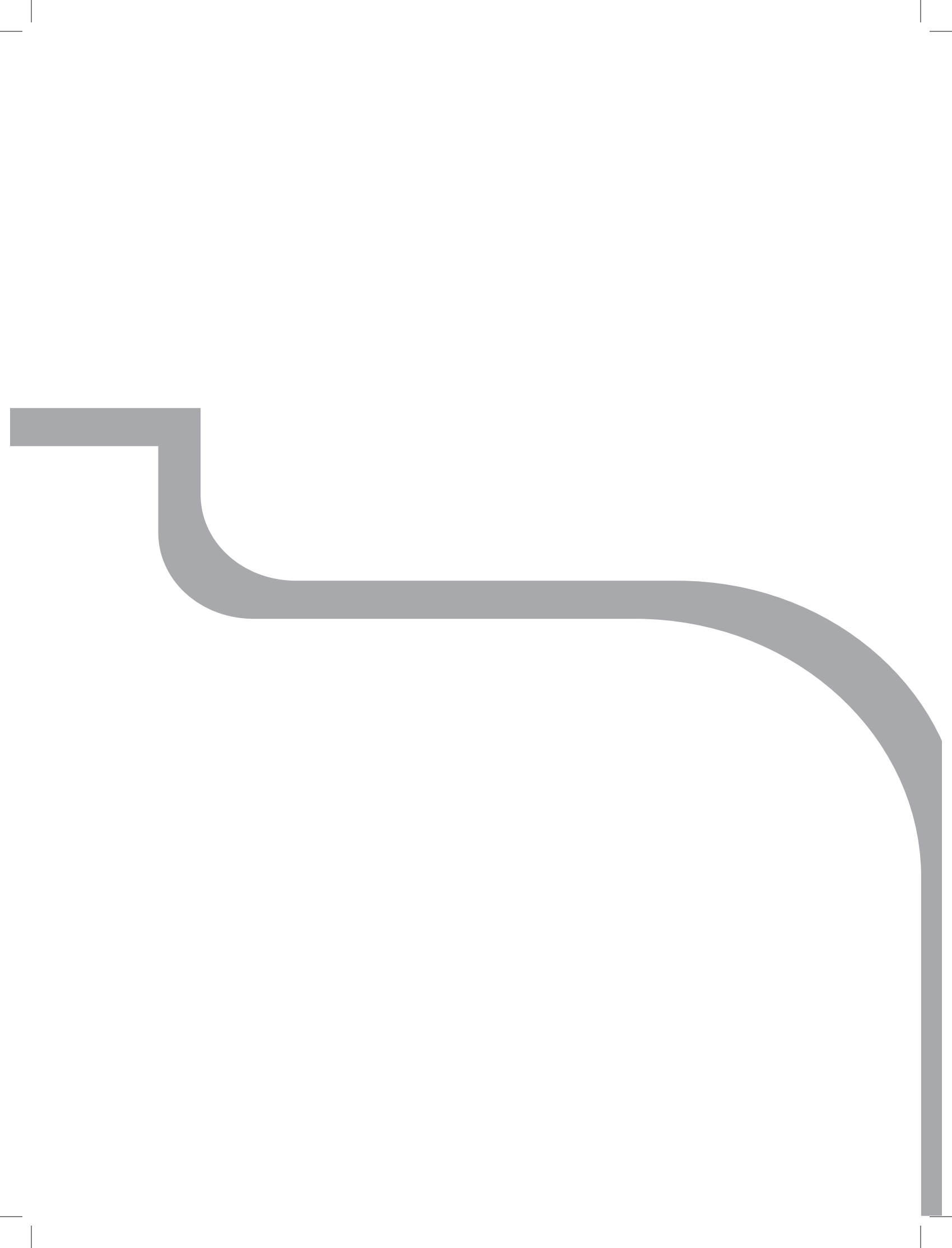
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Marcia Mattos

A Vinícius Adalberto Barcelos
In Memoriam



SUMÁRIO

- 9** Por uma nova imaginação museal nos municípios
 - 13** O que é museu?
 - 14** Documentação recomendável para a criação de museus
 - 15** Pontos básicos para o funcionamento de museus
 - 26** Instituições de referência
 - 28** Considerações finais
 - 29** Glossário
 - 34** Bibliografia
- 



POR UMA NOVA IMAGINAÇÃO MUSEAL NOS MUNICÍPIOS

“Outra coisa que me parece de enorme e imediata necessidade é a organização de museus. Mas, pelo amor de Deus!, museus à moderna, museus vivos, que sejam um ensinamento ativo, que ponham realmente toda a população do Estado de sobreaviso contra o vandalismo e o extermínio.”

Mário de Andrade

Em carta datada de setembro de 1937, o poeta modernista Mário de Andrade apoiou a campanha “Contra o Vandalismo e o Extermínio”¹ do patrimônio cultural promovida pelo jornalista Paulo Duarte. Nessa carta, o poeta afirma: “Os museus municipais me parecem imprescindíveis”; e, em seguida, sugere que nesses museus sejam apresentados materiais arqueológicos, folclóricos, artísticos, históricos, além de elementos de arquitetura regional, das atividades econômicas e dos recursos naturais do município.

O projeto de Mário de Andrade para os museus municipais passa pela valorização do existente: do mais singelo ao mais sofisticado, do popular ao erudito, da cópia ao original, do testemunho natural ao cultural, sem a preocupação de coleções fechadas. A narrativa museológica, nesse caso, surge do diálogo com a população interessada na constituição do museu. Para operacionalizar esses museus municipais, Mário aponta alguns caminhos:

É mesmo espantoso como estas coisas ficam relativamente barato, desde que as municipalidades façam a força financeira inicial de fornecer um bom edifício e jardim. Um caipira mesmo virá construir sua “taipa”. A indústria? As próprias fábricas forneceriam os gráficos, os produtos, os desenhos e explicações de seu funcionamento, em grandes quadros de adorno das paredes. Sei disso, por experiência própria, pois quando se tratou, no Departamento de Cultura, de organizar um mostruário da fabricação de discos, tudo, desde a bonita e cara vitrina, foi oferecido grátis por uma das fábricas daqui. Quanto aos objetos do museu, não haverá munícipe que não ofereça o que possui de arqueológico, de folclórico e mesmo de histórico ou de artístico, em benefício e glória de seu município. Talvez seja necessário mudar de vez em quando de partido na prefeitura, pois desconfio que muitos prefeitos só receberão ofertas de seus correligionários, Ah, política.²

¹ Ver DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, v.19, 1938.

² Ver carta de Mário de Andrade publicada em DUARTE, Paulo, *op. cit.*

Mescla de encanto e desencanto. De pessimismo e otimismo. De iniciativa governamental e iniciativa privada. De utopia e realidade. De trabalho de especialistas e de participação popular. O projeto de Mário de Andrade coloca-nos diante de alguns pontos que desafiam o fazer museológico contemporâneo³ e também inspira a criação de museus conectados com a vida social, comprometidos com a transformação da realidade e com o exercício do direito à memória e ao patrimônio como um direito de cidadania.

A referência a Mário de Andrade coloca em evidência o fato de que a preocupação com os museus municipais tem história e que a construção de novos processos deve levar em conta as experiências e reflexões do passado.

O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), criado pela Lei nº. 11.906, de 20 de janeiro de 2009,⁴ no âmbito do Ministério da Cultura, é o órgão responsável pela implementação democrática e participativa da Política Nacional de Museus (PNM) lançada em maio de 2003⁵ com o objetivo de promover ações de valorização, modernização e ressignificação dos museus brasileiros.

As ações e atribuições que antes competiam ao Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu/Iphan) passaram todas, além de um expressivo conjunto de novas atribuições, para a mais jovem autarquia do Ministério da Cultura. Assim, o Ibram, além de coordenar as ações da Política Nacional de Museus, vai contribuir para o aprimoramento da configuração do campo museal e trabalhar para o desenvolvimento e a valorização da pesquisa museológica, para o estímulo e o apoio às práticas educacionais inovadoras, para o fomento à museologia social, para o incentivo e o diálogo com o campo da arte contemporânea, especialmente no que se refere às suas interfaces com os processos museais, para o incremento das políticas de aquisição e preservação de acervos e para o desenvolvimento de ações integradas entre os museus brasileiros.

Além de tudo isso, o Ibram contribuirá para a criação de equipamentos museais em municípios onde esse equipamento não existe. Ações como essas serão decisivas para a transformação do quadro atual, que indica que apenas 20% dos municípios brasileiros têm museus e que, em sua maioria, eles estão concentrados nas grandes cidades.⁶

Celebrando e marcando o início de um novo tempo e visando, de modo especial, a disseminação e a divulgação de informações para o desenvolvimento de novos processos museais e a criação de museus com foco municipal, sejam eles públicos, privados ou

³ Ver também CHAGAS, Mário. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos, 2006.

⁴ Ver a publicação da Lei nº 11.906 no Diário Oficial do dia 21 janeiro de 2009.

⁵ Ver BRASIL. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. *Política Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2006*. Brasília: Minc/Iphan/Demu, 2006. 144p.

⁶ Consultar o Cadastro Nacional de Museus (disponível em: www.museus.gov.br).

mistos, o Ibram lança agora o documento *Subsídios para a criação de museus municipais*.

Trata-se, como o nome sugere, de um conjunto bastante simplificado de conceitos, reflexões e sugestões, que poderão ser utilizados como ferramenta básica para os projetos de criação de museus. O principal objetivo deste documento é fornecer pistas, sinalizar para certos caminhos que precisarão ser trilhados pelas equipes locais. Não se trata de um receituário e não faz parte dos seus objetivos criar regras ou camisas-de-força para os museus; o documento aqui apresentado quer apenas sugerir, subsidiar e inspirar a criação de novos processos museais.

José do Nascimento Junior⁷ e Mário Chagas⁸

⁷ Cientista social e mestre em Antropologia pela UFRGS.

⁸ Poeta, museólogo e doutor em Ciências Sociais pela UERJ.



Nos Artigos 1º, 2º e 3º do Estatuto de Museus, instituído pela Lei nº. 11.904, de 14 de janeiro de 2009, estão indicados os conceitos e princípios definidores e orientadores dos museus no Brasil:

“Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:

- I - a valorização da dignidade humana;
- II - a promoção da cidadania;
- III - o cumprimento da função social;
- IV - a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;
- V - a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;
- VI - o intercâmbio institucional.

Parágrafo único. A aplicação deste artigo está vinculada aos princípios basilares do Plano Nacional de Cultura e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural.

Art. 3º Conforme as características e o desenvolvimento de cada museu, poderão existir filiais, seccionais e núcleos ou anexos das instituições.

Parágrafo único. Para fins de aplicação desta Lei, são definidos:

- I - como filial os museus dependentes de outros quanto à sua direção e gestão, inclusive financeira, mas que possuem plano museológico autônomo;
- II - como seccional a parte diferenciada de um museu que, com a finalidade de executar seu plano museológico, ocupa um imóvel independente da sede principal;
- III - como núcleo ou anexo os espaços móveis ou imóveis que, por orientações museológicas específicas, fazem parte de um projeto de museu.”

DOCUMENTAÇÃO RECOMENDÁVEL PARA A CRIAÇÃO DE MUSEUS

Todo museu deve ter base legal. Para o seu melhor funcionamento, recomenda-se o atendimento dos seguintes itens:

1. decreto, lei, portaria, ata ou outro diploma legal que registre a criação do museu;
2. documento que defina seu estatuto jurídico e sua natureza administrativa;
3. regimento interno, no qual serão estabelecidos: propósitos, objetivos, política institucional, papel e composição da diretoria, assim como formas de manutenção;
4. organograma;
5. Plano Museológico (compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da missão da instituição museal e para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e ações de cada uma de suas áreas de funcionamento);⁹
6. local de instalação do museu, seja ele virtual ou físico, permanente ou temporário, nômade ou enraizado no território, ou mesmo reunindo e combinando diferentes possibilidades;
7. plano de ocupação dos espaços (salas de exposição, reserva técnica, salas administrativas, espaço de ação educativa e cultural, espaços de serviços, espaços de circulação, sala de segurança, outros espaços); e,
8. quando for o caso, identificação de percursos e roteiros no território de atuação do museu.

⁹ Ver Portaria Normativa nº 1, de 5 de julho de 2006, que “dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus” do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dá outras providências.

PONTOS BÁSICOS PARA O FUNCIONAMENTO DE MUSEUS

Responsabilidade da equipe diretora

A diretoria tem o dever de manter e desenvolver todos os aspectos do museu: suas equipes, seus serviços, suas coleções, suas instalações, seus espaços, seus públicos e seus programas de comunicação, educação, pesquisa e preservação, entre outros. Os públicos devem ser bem atendidos; as equipes devem ser valorizadas e estimuladas a investir sistematicamente em capacitação profissional; as coleções devem estar adequadamente acomodadas, conservadas, estudadas e documentadas, e os serviços, as finanças, as instalações e os espaços devem estar bem cuidados, levando em conta as variações de tamanho, missão, tipologia e natureza administrativa de cada museu.

Estatuto

Cada museu deve ter um estatuto próprio, registrado por escrito, construído por suas equipes e aprovado nas instâncias competentes. Esse documento deve ser de conhecimento de todos os trabalhadores do museu e deve delinear com clareza os objetivos e finalidades da instituição.

Documentação

É fundamental que a documentação do acervo esteja de acordo com os padrões nacionais e internacionais e que, acima de tudo, atenda às normas internas e específicas de cada museu. É importante que a documentação inclua, conforme o caso, informações sobre a origem, o material, as dimensões, a autoria, a procedência, o modo de aquisição, o estado de conservação, a função, o uso e a fotografia de cada bem cultural.

Todos os bens culturais incorporados ao museu (ou musealizados) devem ser documentados de maneira adequada e conservados, protegidos e mantidos de forma apropriada.

O museólogo holandês Peter Van Mensch identifica, para a abordagem dos objetos museológicos, considerados como portadores de informações, três níveis ou três matrizes dimensionais importantes para as ações de preservação, pesquisa e comunicação:

- “1. Propriedades físicas
 - a - Composição material
 - b - Construção técnica
 - c - Morfologia, subdividida em:
 - forma espacial e dimensões

- estrutura de superfície
- cor
- padrões de cor e imagens
- texto, se existente

2. Funções e significados

a - Significado primário

- significado funcional
- significado expressivo (valor emocional)

b - Significado secundário

- significado simbólico
- significado metafísico

3. História

a - Gênese

- processo de criação do objeto (ideia + matéria-prima)

b - Uso

- uso inicial (geralmente corresponde às intenções do criador/fabricante)
- reutilização

c - Deterioração

- fatores endógenos
- fatores exógenos

d - Conservação, restauração”.¹⁰

Helena Ferrez indica que um bom sistema de documentação em museus é fundamental para: conservar as coleções; otimizar o acesso aos itens; maximizar o uso das informações contidas nos itens e estabelecer contatos efetivos entre as fontes de informações (itens) e os usuários.¹¹

Responsabilidade em relação ao patrimônio museológico

Devem existir no museu políticas de aquisição, preservação, conservação e restauração de bens culturais. Essas políticas, parte das denominadas políticas de memória, devem ser construídas com ampla participação, devem estar registradas por escrito, ser do conhecimento de todos os trabalhadores do museu e devem periodicamente ser revistas; elas constituem fontes indispensáveis para a orientação das decisões e recomendações em relação ao patrimônio museológico.

É indispensável fazer a distinção entre acervo institucional (aquele que foi adquirido e incorporado pela instituição) e acervo operacional (aquele que não pertence à instituição, mas que poderá

¹⁰Ver CHAGAS, Mário. *Museália*. Rio de Janeiro: JC, 1996.

¹¹ Ver FERREZ, Helena. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. *Cadernos de ensaio*, nº. 2, Estudos de Museologia. Rio de Janeiro: Minc/Iphan, 1994, p. 64-74.

ser utilizado por ela, tais como: monumentos, edificações, sítios históricos e arqueológicos, jardins, praças, ruas, marcos de memória e outros documentos). O acervo institucional também é denominado de patrimônio museológico, ou seja, o conjunto de bens culturais (incluindo os bens naturais) a que se atribui determinados valores e significados e que foi submetido a procedimentos técnicos e científicos próprios do campo da museologia.

Aquisições

Todo e qualquer bem cultural adquirido deve estar em consonância com a “Política de Aquisições” adotada pelo museu. Toda aquisição, permanente ou temporária, por compra, doação, legado, coleta, permuta ou empréstimo, deve ser cuidadosamente realizada e inteiramente documentada. A necessidade da aquisição deve ser bem justificada, a documentação deve ser cuidadosa, a comprovação legal de toda a transação deve ser registrada e arquivada, a origem e a procedência dos objetos devem ser claramente registradas. No caso de bens culturais isolados ou de acervos e coleções orgânicas adquiridos com verbas públicas, é indispensável que as instituições museais apresentem pareceres técnicos assinados por profissionais de notório reconhecimento na área.

A aquisição por coleta de campo deve indicar o nome do coletor e estar vinculada a programa ou projeto em desenvolvimento no museu, a fim de assegurar que esta atividade tenha respaldo legal e seja justificável do ponto de vista técnico e científico.

As doações, legados, permutas ou empréstimos devem ser cuidadosamente examinados, inclusive em sua perspectiva ética. Doações com cláusulas condicionantes especiais devem ser evitadas, e, em caso de aceitação, deve-se cuidar para que estas cláusulas não desprestigiem ou desvalorizem acervos já existentes no museu.

Toda e qualquer aquisição de bens arqueológicos – em respeito à legislação vigente, especialmente no que se refere à Lei nº. 3.924, de 26 de julho de 1961, que “dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos”¹² – deve ser acompanhada de parecer técnico emitido e endossado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Preservação, conservação e restauração¹³

Todo museu tem a obrigação de adotar os cuidados apropriados à preservação e conservação de seu acervo, utilizando todos os conhecimentos técnicos e científicos disponíveis.

Preservação, conservação e restauração podem ser compreendidas como níveis distintos de intervenções que afetam os bens

¹² Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil/03/Leis/1950-1969/L3924.htm.

¹³ Texto elaborado por Claudia Maria Pinheiro Storino.

culturais. Pode-se dizer que a preservação, na perspectiva museológica, é menos interferente que a conservação, que, por sua vez, é menos interferente que a restauração.

A preservação constitui o domínio mais amplo do campo de proteção do patrimônio, dentro do qual estão inseridas as ações de conservação e restauração. As ações de preservação englobam iniciativas de caráter geral, tais como: a pesquisa, a difusão, o acatamento ou proteção legal por parte do poder público (por exemplo, o registro como bem de interesse público ou o tombamento), a elaboração de políticas, planos, normas e diretrizes diversas, as medidas econômicas voltadas para o financiamento e a manutenção das instituições, entre outras. O verbo preservar, do latim *praeservare*, tem o sentido de *ver antecipadamente* os perigos e os riscos e tentar evitá-los. No caso do patrimônio cultural, a preservação implica a intenção de prever as ameaças à integridade e à permanência dos bens culturais e tentar evitar que elas aconteçam e acarretem danos ou mesmo a destruição do referido patrimônio.¹⁴

Entende-se por conservação o conjunto de estratégias e ações adotadas de forma consciente pela instituição responsável, visando a manutenção das características originais e o prolongamento da vida dos bens culturais materiais. Esse conjunto de ações compreende tanto as intervenções realizadas nos bens culturais propriamente ditos, quanto as estratégias e ações direcionadas ao controle das condições do ambiente em que estes estão inseridos. Essas ações são geralmente periódicas, inseridas em rotinas preestabelecidas, no que se denomina “conservação preventiva”, destinadas a conferir condições adequadas de integridade e ambiência ao bem sem implicar em intervenções, como, por exemplo, limpeza, pequenas consolidações, verificação e controle das condições de umidade e temperatura, entre outras. As atividades de conservação são definidas em função de diversas variáveis, tais como o formato, as dimensões, as técnicas de fabricação e os materiais constituintes dos objetos, levando em conta, indispensavelmente, as condições e as variações ambientais locais.

A restauração é uma intervenção física que altera a matéria do bem cultural. É feita nas ocasiões em que o bem está em risco de perder sua integridade – sua unidade histórica ou estética – mas ainda mantém uma legibilidade suficiente (pois quando não resta ao bem legibilidade suficiente, este já é considerado como uma ruína). De acordo com Cesare Brandi, a restauração é “o momento metodológico de apreensão da obra de arte, na sua consistência física e na dupla polaridade estético-histórica com vistas à sua projeção no futuro”.¹⁵

É importante lembrar que, numa situação ideal, as condições de conservação são adequadas e dispensam a realização de

¹⁴ CHAGAS, Mario. *Museália*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996

¹⁵ BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004, 262 p.

intervenções de restauração. A restauração implica algum grau de alteração irreversível nas características e/ou nos materiais originais dos bens, acarretando sempre um certo nível de perda da sua autenticidade. Nesse sentido, é uma ação que se deve tentar evitar sempre que possível. Por tudo isso – e porque uma restauração mal executada frequentemente deixa o objeto em pior estado do que se encontrava antes –, é igualmente importante lembrar que as intervenções de restauração em bens culturais musealizados só devem ser levadas a cabo por profissionais com formação específica e comprovada experiência na restauração de cada tipo de objeto, conforme seus materiais e técnicas construtivas (pinturas de cavalete, esculturas policromadas, forros em estuque, têxteis, papel, cerâmica, mobiliário etc.).

Instalações e espaços museais¹⁶

As instalações e os espaços do museu – especialmente no que se refere à edificação ou ao conjunto de edificações em que este está sediado – estão diretamente relacionados à preservação das coleções, bem como ao bem-estar e à segurança do público e do corpo de funcionários da instituição. O estado geral de conservação do edifício e o bom funcionamento de seus diversos componentes são aspectos fundamentais na determinação da qualidade ambiental proporcionada às coleções e aos usuários.

Alguns dos aspectos a serem considerados são, por exemplo: o estado de conservação e a capacidade de funcionamento das instalações elétricas e hidráulicas; a estanqueidade ou impermeabilidade da cobertura; o grau de umidade presente nos ambientes; os locais de maior incidência de insolação, chuva e vento; as condições de acesso e circulação de pessoas no interior e na área de entorno do edifício; os fluxos internos e externos de materiais, bens culturais, veículos e pessoas; o tipo e a quantidade de fontes de iluminação; os sistemas de proteção contra inundações, incêndio, furto e vandalismo; a qualidade ambiental e a disposição dos espaços livres, de exposição, de lazer e de trabalho.

Em síntese: as instalações devem ser adequadas para que o museu desenvolva as funções de pesquisar, conservar e comunicar, incluindo acomodações para o público e para os funcionários, levando em consideração também que o edifício, qualquer que seja seu estilo arquitetônico, tem ainda um papel importante como presença física e elemento simbólico no espaço urbano.

Um programa arquitetônico para a instalação de um museu deve prever, no mínimo, as seguintes necessidades:

1. espaço de recepção (bilheteria, local para acolhimento do público, ponto de venda de produtos e guarda-volumes);
2. sala de exposição permanente (ou de longa duração);

¹⁶ Texto elaborado por Claudia Maria Pinheiro Storino.

3. sala de exposição temporária (ou de curta duração);
4. reserva técnica;
5. sala de administração (direção e secretaria);
6. espaço para ações educativas e culturais;
7. sala para procedimentos técnicos com o acervo;
8. espaços de apoio, guarda de materiais e segurança;
9. espaços de serviços (almoxarifado, depósito, copa, banheiros e vestiários); e
10. biblioteca e arquivo.

No caso de museus que envolvam percursos e roteiros ao ar livre e espalhados num determinado território, recomenda-se que esses percursos e roteiros sejam publicados, divulgados e bem sinalizados.

Exposições

Além de preservar, conservar, documentar e pesquisar o seu acervo, o museu tem a responsabilidade de desenvolver projetos e programas de exposições permanentes (ou de longa duração), temporárias (ou de curta e média duração), itinerantes e outras atividades especiais para circulação de conhecimentos e divulgação de acervos.

Segundo Michel Thevoz: “Expor é, ou deveria ser, trabalhar contra a ignorância, especialmente contra a forma mais refratária da ignorância: a ideia preconcebida, o preconceito, o estereótipo cultural”.¹⁷

Acesso público

O acesso deve ser o mais amplo e irrestrito possível. Em outros termos: o acesso ao público deve ser universal e garantido de modo inteiramente republicano. Nesse sentido, é importante que o museu desenvolva um plano geral de acessibilidade que atenda a crianças, mais velhos, gestantes, obesos, cegos, cadeirantes, surdos e outros indivíduos com necessidades especiais. É igualmente importante que as exposições e os serviços do museu estejam em funcionamento em horários que atendam as demandas locais. Esses horários devem ser regulares e amplamente divulgados.

É importante que o museu possa garantir o acesso dos estudantes, aposentados e trabalhadores das comunidades e classes populares rurais e urbanas.

Cobrança de ingressos

Este é um tema polêmico. Alguns países e algumas instituições defendem as entradas livres, gratuitas, universais, e outros

¹⁷ Ver THEVOZ, Michel apud MOUTINHO, Mário. A construção do objecto museológico. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, nº. 4. Lisboa: ULHT/Centro de Estudos de Sociomuseologia, 1994, p. 6.

defendem a cobrança de ingressos. Nos museus municipais esse assunto deve ser amplamente debatido e deve levar em conta as experiências locais e o bom senso. É fundamental ter o público como aliado, e no caso dos museus comunitários a decisão deve ser da comunidade.

Admitida a hipótese de cobrança de ingressos, é preciso, ainda assim, garantir gratuidades de acordo com a legislação em vigor, como, por exemplo: estudantes, mais velhos, famílias de baixa renda, moradores locais e outros.

O papel educativo e comunitário do museu

O museu é um processo e uma prática social que deve estar colocada a serviço da sociedade, das comunidades locais e de seu desenvolvimento. Nesse sentido, o museu não é um fim em si mesmo, mas um meio, uma ferramenta que deve ser utilizada para o exercício do direito à memória, ao patrimônio e à cultura; para o desenvolvimento de processos identitários e de valorização da diversidade cultural.

As funções básicas dos museus são a preservação, a investigação e a comunicação. E suas finalidades gerais são educação e lazer. Ao lado dessas funções básicas e finalidades gerais, o museu pode ter funções e finalidades específicas, em sintonia com a sua missão ou a causa para a qual foi criado.

Do ponto de vista museológico, é fundamental aproveitar todas as oportunidades para o desenvolvimento da dimensão educativa e social dos museus.

O desenvolvimento de programas e projetos educativos nos museus faz parte do que se pode chamar de “alfabetização visual” ou “alfabetização museal”. Partindo da memória social e do patrimônio cultural – fonte primária de conhecimento e vivências culturais –, a educação nos museus possibilita a experiência da apropriação cultural, crítica e consciente, por parte dos mais diferentes grupos sociais e culturais. Trata-se de um processo de empoderamento sociocultural que, utilizando o patrimônio como recurso estratégico, valoriza o exercício da cidadania e contribui para a melhoria da qualidade da vida social e pessoal de indivíduos e coletividades.

Pessoal

O museu é processo inter e transdisciplinar. Diferentes trabalhadores, com diferentes níveis de formação e diferentes especializações, atuam nos museus. Alguns exemplos: zeladores, faxineiros, vigilantes, seguranças, eletricitas, carpinteiros, conservadores, restauradores, arquitetos, museólogos, bibliotecários, arquivistas, administradores, antropólogos, historiadores, educadores, produtores culturais, especialistas em computação, gerentes de serviços de segurança e outros.

De maneira geral, pode-se dizer que o museu deve contar com um número de trabalhadores suficiente para o desempenho das ações definidas em seu Plano Museológico (cada caso deve ser examinado em particular). Os trabalhadores de museus devem ser qualificados e devem participar de modo sistemático de programas de formação profissional. Todo museu deve elaborar e implementar uma “política de valorização e capacitação” de suas equipes.

Formação em museologia

Existem hoje no Brasil cursos de formação em Museologia nas seguintes Instituições de Ensino Superior (IES):

1. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Escola de Museologia (nível de graduação)
Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio
(PPGMUS – nível mestrado)

Endereço: Rua Xavier Singaud, 458, Urca, Rio de Janeiro (RJ)

CEP: 22290-240

Tel.: (21) 2545-3055 / 2545-1157

E-mail: cch_museologia@unirio.br

<http://www.unirio.br/cch/ppg-pmus/>

2. Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Museologia (nível de graduação)

Rua Aristides Novis, 197, Federação, Salvador (BA)

CEP: 40210-909

Tel.: (71) 3235-6415 / 3283-6430 / 3351-2755 (Fax) 3283-6445

E-mail: ffch@ufba.br

3. Fundação Barriga Verde – Santa Catarina (Febave)
Rua: Miguel Couto 313, Centro, Orleans (SC)
Curso de Museologia (nível de graduação)

CEP: 88870-000

Tel.: (48) 3466-0192

E-mail: museologia@unibar.net

4. Universidade Federal de Pelotas
Rua Barão de Santa Tecla, 408, Centro, Pelotas (RS)
Curso de Museologia (nível de graduação)

CEP: 96010-140

Tel.: (53) 3275-9103 / 3275-7105 / 3222-3209

E-mail: museologia@upel.edu.br

5. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
Centro de Artes, Humanidades e Letras
Curso de Museologia (nível de graduação)
Praça Ariston Mascarenhas, s/n, Centro, Cachoeira (BA)
CEP: 44300-000
Tel.: (75) 3425-2138 / 3425-2729 / 3435-1062 (Fax)
<http://www.ufrb.edu.br>

6. Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Núcleo de Museologia Campus de Laranjeiras
Curso de Museologia (nível de graduação)
Av. Edvaldo Xavier Almeida, s/n, Conjunto Manuel do Prado Franco
CEP: 49170-000
Tel.: (79) 3281-1311
E-mail: prograd.ufs.br / dea@ufs.br / deape@ufs.br

7. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico)
Curso de Museologia (nível de graduação)
Rua Ramiro Barcelos, 2705, Porto Alegre (RS) – Campus Saúde,
Bairro Santana
CEP: 90035-007
Tel.: (51) 3308-5082 / 5067 / 5138 / 7000 / 5435 (Fax)
E-mail: Fabico@ufrgs.br

8. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Museu de Ciências e Técnica da Escola de Minas
Curso de Museologia (nível de graduação)
Praça Tiradentes, 20, Centro, Ouro Preto (MG)
CEP: 35400-000
Tel.: (31) 3559-3118 / 3559-1228 (Fax)
E-mail: museu@ufop.br

9. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Museologia (nível de graduação)
Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife (PE)
CEP: 50670-901
Tel: (81) 2126-8000 / 2126-7018 / 2126-8029
Email: museologia@ufpe.br

10. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Museologia (nível de graduação)
Bairro Trindade, Florianópolis (SC)
CEP: 88040-970
Tel.: (48) 3721-9000 / 9248 / 3234-4069 / 3721-4330
Email: webmaster@cfh.ufsc.br

11. Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação
Departamento de Ciência da Informação e Documentação
Curso de Museologia (nível de graduação)
Campus Darcy Ribeiro – Prédio da FACE – Asa Norte
Brasília (DF)
CEP: 70910-900
Tel.: (61) 3307-2348 / 3274-7172 / 3273-1105 / 3307-2422
Email: cid@unb.br

12. Universidade Federal do Pará (UFPA)
Faculdade de Artes Visuais
Instituto de Ciências e Artes
Curso de Museologia (nível de graduação)
Av. Presidente Vargas, s/n
Praça da República, Belém (PA)
Cep: 66017-060
Tel.: (91) 3201-7975 / 3241-5801
Email: ica@ufpa.br

13. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Escola de Ciências da Informação
Curso de Museologia (nível de graduação)
Av. Presidente Antônio Carlos, 6.627 – Campus Pampulha
Belo Horizonte (MG)
CEP: 31270-901
Tel.: (31) 3409-5225
Fax: (31) 34095200
Email: eci@eci.ufmg.br

É importante que os museus municipais busquem o apoio de profissionais com formação específica no campo da museologia e construam programas de intercâmbio com as Instituições de Ensino Superior.

Além dos cursos de Museologia existentes nas universidades acima referidas, estão em processo de criação cursos de Museologia nas seguintes IES: Universidades Federal de Goiás, Universidade Federal do Paraná e Universidade Federal de Santa Maria.

Sustentabilidade e financiamento

Fundos suficientes precisam estar regularmente à disposição do museu, sejam eles oriundos de fontes públicas ou particulares. São esses fundos que vão permitir à equipe do museu executar e desenvolver os trabalhos necessários. Os recursos dos museus públicos (municipais, estaduais ou federais) devem ser de dotação orçamentária própria, garantidos por meio de fundos específicos, com o apoio de legislação também específica. A sustentabilidade do museu, independentemente da captação de recursos financeiros por intermédio dos mecanismos de apoio à cultura hoje existentes, é fundamental.

Para complementar os recursos disponíveis, recomenda-se a apresentação de projetos para financiamento por meio das leis de incentivos fiscais: federal (Lei Rouanet), estadual (Lei de Incentivo à Cultura); por intermédio dos fundos já existentes: Fundo Nacional da Cultura (FNC), Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart – MINC), Fundo de Apoio à Cultura (FAC – Sedac), Fundo dos Direitos Difusos (FDD – MJ); por meio de editais específicos do Ministério da Cultura, do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), da Caixa Econômica Federal (CEF), da Petrobras e outros; por intermédio das fundações de amparo à pesquisa, CNPq, Capes e outras; por meio de Emendas Parlamentares; por intermédio de editais específicos do Instituto Brasileiro de Museus, tais como: Editais Mais Museus e Edital de Modernização de Museus.

Museu e turismo

Museus e turismo têm entre si relações bastante estreitas, a começar pelo fato de que são práticas sociais e culturais que resultam da criatividade humana, da capacidade humana de criar, expandir e transformar universos simbólicos.

Além disso, o turismo, assim como os museus, pressupõe deslocamentos espaciais e temporais, produção de mais-valia de territórios e localidades, criação de roteiros e percursos.

Se, por um lado, o turismo contribui para o desenvolvimento, o estímulo e a melhor qualificação dos museus, por outro, os museus contribuem para o estímulo e o desenvolvimento de práticas turísticas culturalmente qualificadas.

É recomendável que os museus participem dos programas e projetos de turismo cultural, turismo social e ecoturismo, visando contribuir para sua melhor integração com a ação social das comunidades envolvidas. Essa integração é importante e deve ser realizada de modo criterioso para que entre as práticas de preservação do patrimônio cultural, as práticas do turismo e as práticas de valorização de memórias da comunidade local se estabeleça uma ampla área de respeito e solidariedade.

INSTITUIÇÕES DE REFERÊNCIA

Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)

<http://www.museus.gov.br/>

Criado pela lei nº 1.1906, de 20 de janeiro de 2009, no âmbito do Ministério da Cultura, o Instituto Brasileiro de Museus é o órgão responsável pela coordenação da Política Nacional de Museus (PNM), lançada em maio de 2003 com o objetivo de promover ações de valorização, modernização e ressignificação dos museus brasileiros.

Conselho Federal de Museologia (Cofem)

http://www.cofem.org.br/institucional/inst_quem.htm

O Conselho Federal de Museologia é o órgão regulamentador e fiscalizador do exercício da profissão de museólogo, criada pela Lei 7.287, de 18 de dezembro de 1984, e regulamentada pelo Decreto 91.775, de 15 de dezembro de 1985.

A sede do Cofem instala-se na cidade onde reside o seu presidente. As ações do Cofem são executadas por seis Conselhos Regionais de Museologia (Corem), distribuídos da seguinte forma:

1ª Região: Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará;

2ª Região: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo;

3ª Região: Rio Grande do Sul;

4ª Região: São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal;

5ª Região: Paraná e Santa Catarina;

6ª Região: Pará, Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Amapá, Maranhão, Piauí e Tocantins.

Associação Brasileira de Museologia (ABM)

Rua Álvaro Alvim, 48/409, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

CEP: 20031-010

Tel.: (021) 2215-0359

email: abm@museologia.org.br

informeabm@museologia.org.br

Fundada em 5 de novembro de 1963 com a finalidade de congrega estudantes e profissionais que atuam na área de museus e afins, incentivar o intercâmbio cultural e científico dos museus, promover cursos, conferências e difundir os conhecimentos museológicos.

Conselho Internacional de Museus (Icom)

Av. Nazaré, nº. 481 – Ipiranga, São Paulo (SP)

CEP 04263-000 Brasil.

icombr@icom.org.br

Criado em 1946, o Conselho Internacional de Museus (Icom) destina-se à promoção e ao desenvolvimento dos museus e da profissão museal.

O Icom, associado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), é uma associação sem fins lucrativos, financiada predominantemente pela contribuição de seus membros e o patrocínio de diversas organizações públicas e privadas.

A sede principal do Icom está situada em Paris (França) e é composta por um Secretariado Geral, que inclui um Centro de Informação sobre museus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo que é humano tem espaço nos museus. Eles são bons para exercitar pensamentos, tocar afetos e estimular ações. São janelas, portas e portais, elos poéticos entre a memória e o esquecimento, entre o eu e o outro; elos políticos entre o sim e o não, entre o indivíduo e a sociedade. Como tecnologias ou ferramentas que articulam múltiplas temporalidades em diferentes cenários socioculturais, eles operam com patrimônios tangíveis e intangíveis e fazem parte das necessidades básicas dos seres humanos. Por esse caminho, pode-se compreender que em todo e qualquer museu está presente o gênio humano. E isso não é diferente com os museus municipais, museus regionais, museus locais e museus comunitários; eles são emblemas de vida, sinais visíveis da capacidade humana de simbolizar; neles estão gravadas de modo indelével as marcas da humanidade.

Com o presente documento, *Subsídios para a criação de museus municipais*, o que se pretende – convém repetir – não é apresentar fórmula mágica, guia prático ou manual de ajuda museal, mas sim sugerir, inspirar, subsidiar e estimular o estudo, a pesquisa e o intercâmbio no campo da memória, do museu e do patrimônio. Oxalá, este documento seja uma ferramenta útil para os projetos de museus municipais e comunitários! Oxalá, ele inspire o trabalho e o desenvolvimento de vivências objetivas e concretas, impregnadas de humanidade e criatividade! Os museus fazem parte dos gestos que nos humanizam.

Ação educativa

Procedimentos que promovem a educação no museu, tendo o acervo como centro de suas atividades. Pode estar voltada para a transmissão de conhecimento dogmático, resultando em doutrinação e domesticação, ou para a participação, reflexão crítica e transformação da realidade social. Neste caso, deve ser entendida como uma ação cultural que consiste no processo de mediação, permitindo ao homem apreender, em um sentido amplo, o bem cultural, tendo em vista o desenvolvimento de uma consciência crítica e abrangente da realidade que o cerca. Seus resultados devem assegurar a ampliação das possibilidades de expressão dos indivíduos e grupos nas diferentes esferas da vida social. Concebida dessa maneira, a ação educativa nos museus promove sempre benefício para a sociedade, determinando, em última instância, o papel social dos museus.

Acervo

Bens culturais, de caráter material ou imaterial, móvel ou imóvel, que compõem o campo documental de determinado museu, podendo estar ou não cadastrados na instituição. É o conjunto de objetos/documentos que corresponde ao interesse e objetivo de preservação, pesquisa e comunicação de um museu. A título de exemplo, todo e qualquer documento que ateste a vida e obra do escritor Guimarães Rosa apresenta interesse para o Museu Casa Guimarães Rosa (MCGR)/Cordisburgo (MG), independente de encontrar-se ou não sob a sua custódia. Constituem acervo sobre o qual o Museu pode operar objetos e documentação sobre o escritor, de propriedade de particulares ou de outras instituições culturais, assim como a estrutura urbana e a paisagem dos arredores da cidade de Cordisburgo, a exemplo de praças, edificações, antigas fazendas, acidentes geográficos, espécies da flora e da fauna e tradição oral da população da região, que são referências cruciais na obra de Guimarães Rosa. Embora não sejam bens culturais que integram o acervo institucionalizado, encerram um valor documental de interesse para o Museu, merecendo uma ação museológica que pode se dar não necessariamente com o seu recolhimento, mas através da sua preservação em bancos de dados, inventários, musealização *in loco* etc.

Bem cultural

Em seu sentido amplo, entende-se por bem cultural todo testemunho do homem e seu meio apreciado em si mesmo, sem estabelecer limitações derivadas de sua propriedade, uso, antiguidade ou valor econômico. Os bens culturais podem ser divididos em três grandes categorias:

- Bens naturais – rios, cachoeiras, matas, florestas, grutas, climas etc. (patrimônio natural);
- Bens materiais – sítios e achados arqueológicos (patrimônio arqueológico); formações rurais e urbanas (patrimônio urbanístico); agenciamentos paisagísticos (patrimônio paisagístico); bens móveis, como objetos de arte, objetos utilitários,

18 Glossário elaborado por Letícia Julião, Maria Cecília de Paula Drumond, Maria Inez Cândido e Silvania Cançado Trindade, publicado em *Caderno de diretrizes museológicas*. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Superintendência de Museus, 2006.

documentos arquivísticos e iconográficos; bens imóveis, como edificações rurais e urbanas (patrimônio artístico e arquitetônico);

• Bens imateriais – tradições e técnicas “do fazer” e “do saber fazer” humanos, como polir, esculpir, construir, cozinhar, tecer, pintar etc. (patrimônio intelectual); as expressões do sentimento individual ou coletivo, como as manifestações folclóricas e religiosas, a música, a literatura, a dança, o teatro etc. (patrimônio emocional).

Classificação

Sequência de operações realizadas em um museu que visam distribuir os objetos/documentos em diferentes categorias, agrupando-os de acordo com suas analogias e características comuns. O sistema de classificação varia de acordo com estrutura, funções, atividades e objetivos das instituições produtoras. Exemplo: no Museu Mineiro, o conjunto de objetos classificados na categoria comunicação, embora apresentem diferenças entre si quanto a morfologia, material, técnica, dimensão e uso, compartilham da característica de se prestarem como suporte material às atividades de comunicação, ou seja, de transmissão de informações ao homem, seja na forma escrita, sonora, visual ou outras.

Coleção

Em uma definição descritiva, trata-se de um conjunto de objetos naturais e artificiais, reunidos por pessoas ou instituições, que perderam seu valor de uso, mantidos fora do circuito econômico, sujeitos a proteção especial em local reservado para esse fim. Mas o que, de fato, caracteriza e distingue os objetos de coleções de outros conjuntos de objetos é a função que compartilham, de serem semióforos, qual seja: de exercerem o papel de representar determinadas realidades ou entidades, constituindo-se em intermediários entre aqueles que olham, os espectadores, e o mundo não visível – passado, eternidade, mortos etc. – que representam. Essa função das coleções pode ser exemplificada pela Coleção Geraldo Parreiras, do Museu Mineiro, que reúne objetos de arte sacra, na sua maioria originários de Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX. Conferindo concretude e materialidade ao passado, essa coleção expõe aos homens do presente objetos aos quais se atribui o papel de representar a sociedade mineradora do século XVIII, marcada pela religiosidade católica e a estética barroca.

Conservação

É o conjunto de medidas destinadas a conter as deteriorações de um objeto ou resguardá-lo de danos.

De maneira geral, é um sinônimo de preservação, mas, dentro do universo dos museus, diferencia-se pelo caráter mais específico, pressupondo-se uma materialidade. Identifica-se com os trabalhos de intervenções técnicas e científicas, periódicas ou permanentes, repetidas e continuadas, aplicadas diretamente sobre uma obra ou seu entorno com o objetivo de prolongar sua vida útil e sua integridade.

Curadoria

Designação genérica do processo de concepção, organização e montagem da exposição pública. Inclui todos os passos necessários à exposição de um acervo, quais sejam: conceituação, documentação e seleção do acervo, produção de textos, publicações e planejamento da disposição física dos objetos. Refere-se também ao cargo ou função exercida por aquele que é responsável por zelar pelo acervo de um museu.

Exposição

Exibição pública de objetos organizados e dispostos com o objetivo de comunicar um conceito ou uma interpretação da realidade. Pode ser de caráter permanente ou temporário; fixa ou itinerante.

Instrumento de pesquisa

Obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume, descreve ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, coleções, categorias e peças existentes num museu, com a finalidade de controle e de acesso ao acervo.

Inventário

Metodologia de pesquisa que constitui o primeiro passo na atividade de conhecimento, salvaguarda e valorização dos bens culturais de um acervo, consistindo na sua descrição individual, padronizada e completa, para fins de identificação, classificação, análise e conservação.

Musealização

Uma das formas de preservação do patrimônio cultural, realizada pelo museu. Constitui a ação, orientada por determinados critérios e valores, de recolhimento, conservação e difusão de objetos como testemunhos do homem e do seu meio. Processo que pressupõe a atribuição de significado aos artefatos, capaz de conferir-lhes um valor documental ou representacional.

Museografia

[museologia aplicada] campo do conhecimento responsável pela execução dos projetos museológicos. Através de diferentes recursos – planejamento da disposição de objetos, vitrines ou outros suportes expositivos, legendas e sistemas de iluminação, segurança, conservação e circulação – a museografia viabiliza a apresentação do acervo, com o objetivo de transmitir, através da linguagem visual e espacial, a proposta de uma exposição.

Museologia

Disciplina que tem por objeto o estudo de uma relação específica do homem com a realidade, ou seja, do homem/sujeito que conhece com os objetos/testemunhos da realidade, no espaço/cenário museu, que pode ser institucionalizado ou não. Nas últimas décadas, com a renovação das experiências no campo da museologia, o entendimento corrente de que se trata da ciência dos museus, que se ocupa das finalidades e da organização da instituição museológica, cede lugar a novos conceitos além do descrito acima, tais como estudo da implementação de ações de preservação da herança cultural e natural ou estudo dos objetos museológicos.

Museu

Espaço/cenário, institucionalizado ou não, onde se desenvolve a relação específica do homem/sujeito com o objeto/bem cultural. Em uma definição de caráter operacional, de 1974, o Conselho Internacional de Museus (Icom) conceitua museu como “estabelecimento permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, que coleciona, conserva, pesquisa, comunica e exhibe, para o estudo, a educação e o entretenimento, a evidência material do homem e seu meio ambiente”.

Objeto museológico

Objeto retirado do contexto para o qual foi originalmente concebido e que, sem eliminar sua função primeira, incorpora novas funções, transformando-o em signo. É o objeto que adquire um significado, um sentido além daquele aparente, atribuído pelo processo de musealização, passando a representar outra coisa. Um exemplo: um conjunto de talheres de prata, ao se converter em objeto museológico, deixa de cumprir a função para a qual foi criado, podendo se tornar signo da riqueza e ostentação do grupo social que utilizava esse tipo de utensílio, ou de hábitos sociais à mesa cultivados em determinada sociedade.

Patrimônio cultural

Entende-se por patrimônio cultural toda produção humana, de ordem emocional, intelectual, material e imaterial, independente de sua origem, época, natureza ou aspecto formal, que propicie o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia. Este conceito se conjuga com o próprio conceito de cultura, entendida como um sistema interdependente e ordenado de atividades humanas na sua dinâmica, em que não se separam as condições do meio ambiente daquelas do fazer do homem; em que não se deve privilegiar o produto – habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra – em detrimento das condições históricas, socioeconômicas, étnicas e ecológicas em que tal produto se encontra inserido.

Política de aquisição de acervo

Diretrizes definidas pelo museu, visando da constituição à dinamização de acervos, através do recolhimento e da incorporação sistemática de objetos, que é balizada pelo perfil identitário daquele museu. Em contraposição, a política de aquisição de acervo pressupõe a política de descarte de acervo, procedimento necessário em decorrência de recolhimentos e incorporações indevidos realizados ao longo do tempo. O descarte de acervo no museu deve ser orientado pelos mesmos critérios que justificam a aquisição, sendo necessária a instituição de uma comissão técnica, especialmente designada, com poder de decidir pelo descarte do bem, o que pode significar transferência para outra instituição ou permuta por um outro bem.

No caso de um museu de natureza histórica, de âmbito municipal, a política de acervo da instituição fundamenta-se na aquisição de objetos que sejam historicamente referentes para o município. É o exemplo de fotografias antigas, representando aspectos e vistas gerais da cidade, de seus logradouros e equipamentos urbanos; fotos e objetos de figuras públicas locais; peças de mobiliário, como sofás e cadeiras, arcas, baús, rodas de fiar, pertencentes, por exemplo, às antigas santas casas, câmaras municipais, fóruns, estabelecimentos de ensino e antigas fazendas; acervo sacro, composto por imagens, indumentária e objetos litúrgicos; medalhas comemorativas, de honra ao mérito, insígnias, enfim, artefatos que são testemunhos da história do município.

Ainda no mesmo caso de um museu histórico, a aquisição de um objeto, de uma fotografia, de um desenho, por exemplo, que pertenceram ou são alusivos a uma personagem pública – seja um político, artista, escritor ou figura eclesástica – que não tenha vínculo com o município, é considerada inadequada por não se ajustar aos princípios estabelecidos para a instituição à época de sua criação.

Preservação

São as medidas necessárias para se proteger um bem cultural do risco de perda. O termo preservação está vinculado à ideia de “ver antecipadamente” o perigo de destruição. A preservação tem também um caráter seletivo e, no caso de museus, arquivos e bibliotecas, é claramente um ato de vontade.

A palavra preservação pode ser sinônima de conservação. Mas em se tratando de bens culturais, ela adquire um sentido mais amplo do que conservação. A preservação pressupõe todas as ações para a proteção de um bem cultural, inclusive os de caráter intangível, a exemplo das cantigas, danças, culinária etc.

Nesse sentido, preserva-se também o patrimônio por meio da criação de órgãos públicos e da instituição de leis e normas de proteção.

Reserva técnica

É o espaço físico utilizado para o armazenamento das peças do acervo de um museu quando estas não estão em exposição.

A guarda de um acervo demanda uma reserva técnica com condições físicas adequadas, condições climáticas estáveis e condições de segurança apropriadas à conservação das obras.

Suporte

É o material físico no qual a confecção da obra irá se desenvolver, e onde a informação é registrada, como, por exemplo, o papel, a argila, a tela e a madeira. No caso das pinturas de cavalete, o suporte é a tela, tecido que pode ser de linho ou algodão, onde a camada pictórica ou a pintura é fixada.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Regina. Memória, história e coleção. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 28, p. 37-64, 1996.

_____ e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____.; CHAGAS, Mário e SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (orgs.). *Museus, coleções, e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais/Garamond, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania, v.3)

ALMEIDA, Paulo Mendes de. *De Anita ao museu*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ANDRADE, Mário. *A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade*. Rio de Janeiro: Record, 1988.

_____. Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: MEC/SPHAN/FNPM, 1980.

_____. Cartas a Paulo Duarte. In: DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Edart, 1971.

_____. *Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: MEC/SPHAN/FNPM, 1981.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: MINC/SPHAN/FNPM, 1987.

ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Produzindo o passado*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARJONA, Marta. *Patrimonio cultural y identidad*. Habana: Letras Cubanas, 1986.

BARATA, Mário. Origens dos museus históricos e de arte no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Rio de Janeiro), v. 147, nº. 350, jan./mar. 1986.

BARBACHANO, Pedro e BENY, Ana. *O processo de restauração de documentos gráficos*. São Paulo: Seminário, 1988.

BECK, Ingrid. *Manual de preservação de documentos*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1991.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BITTENCOURT, José Neves. Um museu de história do século passado: observações sob a estrutura e o acervo do Museu Militar do Arsenal de Guerra, 1865-1902. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 29, p. 211-245, 1997a.

_____. Sobre os artigos reeditados. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 29, p. 9-11, 1997b.

BOLETIM do Museu Magüta. Benjamin Constant (AM): Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões, ano 1, nº. 1, jan. 1993; nº. 2, mai./out. 1993; nº. 3, jun. 1994; nº. 4, set. 1994.

BRASIL. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. Política Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2006. Brasília: Minc/Iphan/Demu, 2006. 144p

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura material. In: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi*, v. 16 (Homo-domesticação/Cultura Material). Lisboa: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1989.

BURGI, Sérgio. *Introdução à preservação e conservação de acervos fotográficos – técnica, métodos e materiais*. Brasília: Minc/Funarte, 1988.

BURKE, Robert B. *Manual de segurança de museus*. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, 1988.

CADERNO de diretrizes museológicas I. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida e BELLOTO, Heloísa Liberalli (coords.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo/ Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CAMARGO E ALMEIDA, Fernanda de (coord.). *Guia dos museus do Brasil: roteiro dos bens culturais brasileiros levantados em pesquisa nacional*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

CAMARGO-MORO, Fernanda. *Museu: aquisição – documentação*. Rio de Janeiro: Livraria Eça, 1986.

_____ e NOVAES, Lourdes Maria Martins do Rego. A importância do Eco Museu e sua contribuição com o meio ambiente. In: *Colóquio da Amab*. Campina Grande, [mimeo], fevereiro de 1973.

CANCLINI, Nestor Garcia. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CASTRO, Sonia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHAGAS, Mário. A ótica museológica de Mário de Andrade. In: *Ideólogos do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: MinC/IBPC, p. 99-114, 1992.

_____ . *Muséalia*. Rio de Janeiro: JC, 1996.

_____ . *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos, 2006.

_____ e NASCIMENTO Jr., José do. Política de museus, de patrimônio e de memória. In: *1ª Conferência Nacional de Cultura – 2005-2006*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

_____ . Museologia e contra-história: viagens pela Costa Noroeste dos Estados Unidos. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 255-302, 2003.

COELHO, Olívio Gomes Paschoal. *Do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro, 1992.

DEPARTAMENTO do Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, 1992.

DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, v.19, 1938.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERREZ, Helena. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. *Cadernos de ensaio*, n.º. 2, Estudos de Museologia. Rio de Janeiro: Minc/Iphan, 1994, p. 64-74.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

_____. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREYRE, Gilberto. *Ciência do homem e museologia*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

_____. Que é museu do homem? Um exemplo: O Museu do Homem do Nordeste brasileiro. In: *O Museu do Homem do Nordeste*. São Paulo: Banco Safra, 2000, p. 12-21.

GIRAUDY, Danièle e BOUILHET, Henri. *O museu e a vida*. Rio de Janeiro: FNPM, Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, Belo Horizonte: Universidade Estadual de Minas Gerais, 1990.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais/Garamond, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania, v.2).

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

IBERMUSEUS 1 (Salvador – BA, 2007): Panoramas Museológicos da Ibero-América. Org. José do Nascimento Junior e Mário de Souza Chagas. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Departamento de Museus e Centros Culturais, 2008.

IBERMUSEUS 2 (Salvador – BA, 2007): Reflexões e Comunicações. Org. José do Nascimento Junior e Mário de Souza Chagas. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Departamento de Museus e Centros Culturais, 2008.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: ROMANO, Ruggiero

(dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Memória - História, v.1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 95-106.

_____. História. In: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Memória - História, v.1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 158-259.

_____. Memória. In: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Memória - História, v.1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 11-50.

MANUAL de orientação para preservação de acervos fotográficos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Universidade Federal de Minas Gerais/Fundação Nacional de Arte, 1985.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu na cidade x a cidade no museu. *Revista Brasileira de História* (São Paulo), v. 5, nº. 8/9, set. 1984, abr. 1985.

_____. Do teatro da memória ao laboratório de história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 3, jan./dez. 1995. (Nova Série).

_____. A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista de Estudos Brasileiros* (São Paulo), nº. 34, p. 9-24, 1992.

_____. A problemática das identidades culturais nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, nº. 1, 1993. (Nova Série).

MOUTINHO, Mário. Museus e sociedade. *Col. Cadernos do Patrimônio*, nº. 5. Monte Redondo (Portugal): Museu Etnológico, 1989.

_____. A construção do objecto museológico. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, nº. 4. Lisboa: ULHT/Centro de Estudos de Sociomuseologia, 1994.

MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, nº. 1 (2004), nº. 2 (2006), nº. 3 (2007).

NASCIMENTO Jr., José do. Antropologia e museus: revitalizando o diálogo. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário e Santos e Myrian Sepúlveda dos (orgs.). *Museus, coleções, e patrimônios: narrativas poli-fônicas*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais/Garamond,

2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania, v.3).

_____. A construção de equipamentos culturais como estratégia de requalificação social de bairros e núcleos históricos das cidades. In: LEITÃO, Cláudia Sousa e SANTOS, Fabiano dos (orgs.). *Seminário Cultura XXI: seleção de textos*. Fortaleza: Secult, 2006, p. 173-177.

OURIQUES, Evandro Vieira; LIENNEMANN, Ana e LANARI, Roberto (orgs.). *Manuseio e embalagens de obras de arte: manual*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Funarte, 1989.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi. Memória – História*, v. 1. Lisboa: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1984.

PRIMO, Judite (org.) *Museologia e patrimônio: documentos fundamentais*. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, nº. 15. Lisboa: ULHT/Centro de Estudos de Sociomuseologia, 1999.

REAL, Regina. *O museu ideal*. Belo Horizonte: Tipografia da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais/Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1958.

RIBEIRO, Rodrigo Alves. *Moradas da memória: uma história social da casa – museu de Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU, 2008. (Coleção Museu, Memória e Cidadania, v.6)

ROCA, Andréa C. M. *Objetos alheios, histórias compartilhadas: os usos do tempo em um museu etnográfico*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU, 2008. (Coleção Museu, Memória e Cidadania, v.5)

ROJAS, Roberto (org.). *Os museus no mundo*. Rio de Janeiro: Salvat, 1979.

RUSSIO, Waldisa. *Cultura, patrimônio e preservação (texto III)*. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). *Produzindo o passado*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Um museu de indústria em São Paulo*. São Paulo: Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo, 1980.

_____. *Museologia e identidade*. In: *Cadernos Museológicos*, nº. 1. Rio de Janeiro: IBPC, 1990.

_____. *Presença dos museus no panorama político-científico-cultural*. In: *Cadernos Museológicos*, nº. 2. Rio de Janeiro: IBPC, 1990.

_____. *Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio*

cultural e a preservação. In: *Cadernos Museológicos*, nº. 3. Rio de Janeiro: IBPC, 1990.

SANTOS, Magaly de Oliveira Cabral. *Lições das coisas (ou canteiro de obras): através de uma metodologia baseada na educação patrimonial*. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação). PUC/Departamento de Educação, 1997.

SANTOS, Maria Célia T. M. *Encontros museológicos – reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU, 2008. (Coleção Museu, Memória e Cidadania, v.4)

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado nos museus de história*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais/Garamond, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania, v.1)

_____ e CHAGAS, Mário. A vida social e política dos objetos de um museu. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 34, p. 195-220, 2002.

SCHEINER, Tereza Cristina. M. Museus, museologia e o patrimônio universal. *Revista MUSEU*, 2007. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos>. Acesso em: 15/06/2009.

_____. Comunicação - educação - exposição: novos saberes, novos sentidos. *Semiosfera – Revista de Comunicação e Cultura* (Rio de Janeiro), v. 4-5, 2003.

SECRETARIA Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: 1992.

SEGURANÇA e conservação dos acervos, normas de atuação para vigilantes, serventes e recepcionistas. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo – Departamento de Museus e Arquivos - Sistema de Museus do Estado de São Paulo, s/d.

SUANO, Marlene. *O que é museu?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

VARINE, Hugues de. O ecomuseu. In: *Ciências & Letras: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras* (Porto Alegre: FAPA), nº. 27, p. 61-101, jan./jun. 2000.